

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.145 - AM (2018/0299730-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TABATINGA - SJ/AM**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE BENJAMIN
CONSTANT- AM**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Tabatinga – SJ/AM (e-STJ fls. 101/116) em face de decisão do Juízo de Direito da Vara Única de Benjamin Constant/AM (e-STJ fl. 38) que se reputou incompetente para conduzir Inquérito Policial (n. 0000123-59.2017.8.04.2800 – numeração da Justiça Estadual; ou n. 244-65.2017.4.01.3201 (numeração da Justiça Federal) no qual se investiga a possível prática dos crimes de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/2003) e tráfico internacional de armas (art. 18 da Lei nº 10.826/2003), atribuídos a WILLIAN MIGUEL TORRES PRADO, de nacionalidade peruana.

Segundo consta dos autos, no dia 26/02/2017, por volta da meia noite e meia, foram encontrados, no interior de sua residência do investigado (WILLIAN MIGUEL TORRES PRADO), no município de Benjamin Constant/AM, 01 (uma) arma de fogo tipo pistola calibre 380, modelo IZH, contendo um carregador; 50 (cinquenta) munições do mesmo calibre e 50 (cinquenta) munições de calibre 38, em desacordo com determinação legal.

Ouvido pela Polícia Civil do Município de Benjamin Constant/AM, o investigado admitiu ter adquirido a arma em Lima, Peru.

Para o Juízo suscitante (da Justiça Federal), “o simples fato do bem apreendido ser de origem estrangeira não justifica, por si só, a fixação da competência na Justiça Federal, sendo necessário, para tanto, ao menos

indícios da transnacionalidade do delito (CC 149.750/MS, 3ª Seção, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 26/04/2017). Já se decidiu, outrossim, que, não comprovada a transnacionalidade do *iter criminoso*, não compete à Justiça Federal seu processo e julgamento, sendo insuficientes para essa aferição a confissão do acusado (CC 107.001/PR, 3ª Seção, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 28/10/2009) ou o depoimento isolado de um dos corréus (CC 130.267/RS, 3ª Seção, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 26/04/2017), desprovidos de corroboração por outros meios de prova” (e-STJ fl. 105).

Apontou, ainda, a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o delito de posse ilegal de arma de fogo.

Instado a se manifestar sobre a controvérsia, o órgão do Ministério Público Federal que atua perante esta Corte opinou (e-STJ fls. 123/126) pela competência da Justiça Estadual, a suscitada, em parecer assim ementado:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMAS. LAUDO DE PERÍCIA DA ARMA DE FOGO INCONCLUSIVO SOBRE A ORIGEM DA ARMA E DA MUNIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL.

É o relatório. Passo a decidir.

Conheço do conflito, uma vez que os juízos que suscitam a incompetência estão vinculados a Tribunais diversos, o que atrai a competência originária do Superior Tribunal de Justiça, consoante o disposto no art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Questiona-se, nos autos, se haveria, no caso concreto, indícios do cometimento do delito de tráfico internacional de arma de fogo (art. 18 da Lei 10.826/2003) e de sua conexão com o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei 10.826/2003) que justificassem o deslocamento da competência da apuração de ambos os delitos para a Justiça

Federal.

Lembro que o tipo do tráfico internacional de arma de fogo é assim definido pela Lei nº 10.826/2003:

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Da leitura do tipo, é possível depreender que "o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessórios ou munição é de ação múltipla, consumando-se pela prática de qualquer uma das condutas previstas no art. 18, *caput*, da Lei n. 10.826/03" (CC 147.709/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/2017, DJe 20/10/2017).

Seja dizer, não é necessário que tenha ocorrido o ato de importação propriamente dito, mas, sim, o favorecimento da introdução do artefato bélico no território nacional, sem a devida autorização da autoridade competente, o que corresponde à demonstração da transnacionalidade do delito.

Sobre tal delito, a jurisprudência desta Corte tem assente que, "Em se tratando de tráfico internacional de munições ou armas, cumpre firmar a competência da Justiça Federal para conhecer do tema, já que o Estado brasileiro é signatário de instrumento internacional (Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições - complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional -, promulgado pelo Decreto n. 5.941, de 26/10/2006), no qual se comprometeu a tipificar a conduta como crime" (AgRg no Ag 1.389.833/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 25/04/2013).

É bem verdade que, "para a configuração do tráfico

internacional de arma de fogo não basta apenas a procedência estrangeira do armamento ou munição, sendo necessário que se comprove a internacionalização da ação" (CC 105.933/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, Terceira Seção, DJe 20/05/2010).

Ora, a jurisprudência desta Corte tem entendido que a mera introdução de arma ou munição no território nacional sem autorização da autoridade competente pode ser enquadrada como tráfico internacional de armas. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE MUNIÇÕES. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE CONTRABANDO. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a introdução de munições em território nacional, sem autorização da autoridade competente, tem tipificação específica no estatuto do desarmamento, motivo pelo qual descabe a sua desclassificação para o crime de contrabando, em observância à aplicação do princípio da especialidade.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.428.477/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018) – negritei.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO E RECEPÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O TIPO DO ART. 16 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. CARÁTER INTERNACIONAL DA AÇÃO. TRANSPOSIÇÃO DE FRONTEIRA. INTRODUÇÃO DE ARTEFATO BÉLICO NO TERRITÓRIO NACIONAL. CONCURSO MATERIAL. RECONHECIMENTO. BENS JURÍDICOS TUTELADOS DIVERSOS. DELITO CONTRA A PAZ PÚBLICA E DELITO PATRIMONIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O tipo de tráfico internacional de arma de fogo de uso restrito, dos arts. 18 c.c. 19 da Lei n.º 10.826/2003, configura-se com o mero favorecimento da entrada ou saída, a qualquer título, do artefato bélico do território nacional, sem autorização

da autoridade competente. Isto é, aplica-se ao simples porte de arma para além das fronteiras nacionais. Precedentes.

II - Assim, para a configuração do tipo dos arts. 18 c.c. 19 da Lei n.º 10.826/2003, não é necessário que tenha ocorrido ato de importação propriamente dito, mas sim o favorecimento da introdução do artefato bélico no território nacional.

III - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o delito de receptação e os do Estatuto do Desarmamento seriam, de regra, crimes autônomos, com naturezas jurídicas e bens tutelados distintos, devendo o agente responder pela sua prática em concurso material.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 368.990/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018) – negritei.

RECURSOS ESPECIAIS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMAS E MUNIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. INCABIMENTO. CRIME MEDIANTE PAGA OU RECOMPENSA. AGRAVANTE GENÉRICA. INAPLICABILIDADE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/06. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Embora não constitua elementar do crime de tráfico internacional de armas e munições, o intuito de lucro é inerente à prática do delito quando o agente o comete na condição de 'mula', não podendo tal circunstância ser considerada para a incidência da agravante genérica do artigo 62, inciso IV, do Código Penal.

2. Restando incontroverso dos autos que o recorrente transportou para dentro do território nacional arma de fogo e munição sem autorização da autoridade competente, fica configurada a conduta descrita no tipo do artigo 18 da Lei nº 10.826/03 concernente ao tráfico internacional de armas, sendo de todo incabível a pretendida desclassificação para o delito do artigo 14 da mesma lei, referente ao porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, de natureza absolutamente diversa, e que não comporta a travessia de fronteira.

3. A falta de exame no acórdão recorrido da questão relativa à aplicação analógica da causa especial de redução de pena do tráfico de drogas ao crime de tráfico de armas impede o conhecimento do recurso especial relativamente a tanto em razão da ausência de prequestionamento, ensejando a incidência do Enunciado nº 211 da Súmula deste Superior Tribunal de

Justiça.

4. Recursos improvidos.

(REsp 1.365.654/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2014, REPDJe 29/10/2014, DJe 13/10/2014) – negritei.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO. USO PROIBIDO OU RESTRITO. ARTS. 18 E 19, DA LEI Nº 10.826/03. INTERNALIZAÇÃO DE MIRA TELESCÓPICA. SEM AUTORIZAÇÃO. ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA. PERIGO ABSTRATO. PROTEÇÃO À INCOLUMIDADE PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte adotou o entendimento de que os delitos previstos entre os arts. 12 a 18 da Lei nº 10.826/03 são crimes de perigo abstrato, sendo irrelevante a apreensão de acessório desacompanhada de arma de fogo, pois no Estatuto do Desarmamento a pretensão é proteger a vida, a integridade física, a saúde, o patrimônio, a segurança pública, entre outros bem jurídicos fundamentais.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1382230/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 27/06/2014)

Para exame da adequação das evidências colhidas no presente Inquérito ao tipo penal, reporto-me à oitiva do investigado perante a Polícia Civil de Benjamin Constant/AM, ocasião em que afirmou:

(...) QUE o flagranteado confessa ser o proprietário da arma de fogo tipo pistola calibre 380, munições e dinheiro encontrado por Policiais Militares em seu apartamento, pois afirma que adquiriu a referida arma e munições no país peruano, na cidade de LIMA (não soube informar o nome e nem endereço da pessoa que lhe vendeu a arma e munições), e que era para sua proteção, pois alega que está na cidade como turista, e que nunca chegou a utilizar a pistola. Perguntado do interrogado, se possui outra arma de fogo, já que foram apreendidos munições de dois calibres? Respondeu que não, pois só possuía uma arma de fogo, a que foi apreendido por policiais, mas que tinha intenção de comprar um revólver calibre 38, em Lima/PERU, e que só não chegou a comprar por não ter dinheiro. (...)

(e-STJ fl. 12 – negritei)

Tenho que, diferentemente do que defendem o Ministério Público Federal no Amazonas (e-STJ fls. 85/98) e o Juízo suscitante (da Justiça Federal), a confissão do investigado perante a Polícia Civil já constitui indício suficiente para fixar a competência federal, na medida em que, se houvesse prova de que a arma de fogo e as munições descobertas na casa do investigado tivessem entrado no país com a devida autorização da autoridade competente, o investigado já teria providenciado a apresentação de tal prova, o que, até o momento, ainda não ocorreu.

A fixação da competência, por óbvio, não deslegitima a iniciativa do Ministério Público Federal no Amazonas no sentido de buscar outras provas que entenda necessárias para comprovação do delito e oferecimento da denúncia.

Importante observar, também, que não se descarta a possibilidade de surgimento de evidências, no decorrer das investigações, que apontem para conclusão diferente, o que demonstra não ser possível firmar peremptoriamente a competência definitiva para julgamento do presente inquérito policial. Isso não obstante, deve-se ter em conta que a definição do Juízo competente em tais hipóteses se dá em razão dos indícios coletados até então, o que revela a competência da Justiça Federal para condução do inquérito policial.

De outro lado, dado que os delitos do art. 12 e do art. 18 da Lei nº 10.826/2003, no caso concreto, apresentam indiscutível conexão probatória (art. 76, III, CPP), na medida em que a mesma arma e as mesmas munições constituem provas de ambos os delitos, revela-se de todo conveniente que ambos sejam investigados e, eventualmente, processados e julgados pelo mesmo Juízo.

Assim sendo, deve incidir, na espécie, o disposto no enunciado n. 122 da Súmula desta Corte:

“Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado

dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal".

Ante o exposto, com amparo no art. 34, XXII, do Regimento Interno desta Corte (na redação da Emenda Regimental n. 24/2016), **conheço do conflito** para declarar competente para a condução do Inquérito Policial o Juízo Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Tabatinga – SJ/AM, o Suscitante.

Dê-se ciência aos Juízes em conflito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator